



Fls 01
Américo de Paula

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE: LEI Nº 264/85

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

ASSUNTO: Dispõe sobre taxa de limpeza e conservação
de vias públicas, e revoga o artigo 191 e seu
é único da Lei nº 19 de 1º de dezembro
de 1970.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 0234.

IBIÚNA, 27 DE NOVEMBRO DE 1985.

DESPACHO

- 1 - Leia-se na Sessão
 - 2 - Encaminhe-se ao Assessor Jurídico
 - 3 - Encaminhe-se cópias aos Vereadores
 - 4 - As comissões para receber parecer
- Ibiúna, 28 de Novembro de 1985

Senhor Presidente:

RUBENS XAVIER DE LIMA
Presidente

- Encaminha a presente, Projeto de Lei que dispõe sobre Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas e revoga o artigo 191 e seu § único da Lei nº 19, de 1º de dezembro de 1970.

O presente projeto tem por finalidade instituir uma forma constitucional de cobrança de taxa de limpeza e conservação de vias públicas, o que não ocorria anteriormente onde a cobrança era feita de acordo com o artigo 191 da Lei nº 19, de 1º de dezembro de 1970, que incidia 5% (cinco por cento) sobre o valor do imposto devido, indistintamente.

No aguardo de uma manifestação favorável, solicitamos que a tramitação do referido projeto seja feita em caráter de urgência, nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 26 da Lei Orgânica dos Municípios.

Reiteramos a V. Exa., na oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei n.º 264/84
Recebido em 28 de 11 de 198 5
Prazo vence em de de 198 5
Recebido por [assinatura]

[assinatura]
JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI
PREFEITO MUNICIPAL

AO

EXMO. SR.

RUBENS XAVIER DE LIMA.

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.

N E S T A.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 0234.

DE 27 DE NOVEMBRO DE 1975.

Dispõe sobre Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas, e revoga o artigo 191 e seu § único da Lei nº 19 de 1º de dezembro de 1970.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, usando de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu promulgo a seguinte lei:-

ARTIGO 1º.- A Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas será o produto da multiplicação da extensão da testada principal do imóvel pelo valor da U.F.M. definido na Lei nº 0060, de 27 de dezembro de 1983, sobre o qual se aplicará a alíquota de 1% (hum por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO.- A taxa de que trata este artigo será acrescido de 50% (cinquenta por cento) quando o imóvel for utilizado em parte ou em sua totalidade, para atividades comerciais, industriais, ou de prestação de serviços.

ARTIGO 2º.- Fica revogado o artigo 191 e seu parágrafo único da Lei nº 19, de 1º de dezembro de 1970.

ARTIGO 3º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 27 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1985.

José Vicente Zezito Falci
JOSE VICENTE ZEZITO FALCI
PREFEITO MUNICIPAL

2004
[assinatura]

LEI Nº. 19 DE 1 DE DEZEMBRO DE 1970.

(Dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Ibiúna e dá outras providências).

ANTONIO JOSÉ SOARES, Prefeito Municipal de Ibiúna, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei estabelece, com fundamento nas disposições contidas na Constituição do Brasil, o Sistema Tributário do Município, criando os tributos municipais e estatutando as relações entre o Fisco e os Contribuintes.

TÍTULO I
DOS TRIBUTOS
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - Tributo é toda a prestação pecuniária, em moeda cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato considerado ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 3º - A natureza específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação:

I - pela denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - pela destinação legal do produto de sua arrecadação.

Art. 4º - Entende-se por tributos, os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

Art. 5º - Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Art. 6º - Taxa é o tributo exigido como remuneração de serviço prestado pelo Poder Público, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de tais serviços prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Art. 7º - A contribuição de melhoria cobrada pelo Município é instituída para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limi

J. Vain

Fls 05
[assinatura]

III - conservação de calçamento, guias, sarjetas e do leito carroçável.

Art. 189 - A taxa não incide os imóveis que gozarem de imunidade ou isenção prevista em lei.

CAPÍTULO II DO CÁLCULO DA TAXA

Art. 190 - A taxa de que trata o artigo 188 recairá sobre todos os imóveis, construídos ou não, quando beneficiados por todos ou por um dos serviços indicados nos incisos I, II e III do artigo 188.

Art. 191 - A taxa de limpeza e conservação de vias públicas é de 5% (cinco por cento) sobre o valor do imposto predial e territorial urbano.

Parágrafo único - A taxa de que trata o artigo será acrescida de 50% (cinquenta por cento) quando o imóvel ou parte deste for ocupado por hotel, pensão, restaurante, bar, confeitaria, padaria e estabelecimentos similares.

Art. 192 - As indústrias e determinados ramos de comércio ficarão sujeitos ao regime de remoção especial quando - for o caso.

Parágrafo único - Será considerada remoção especial aquela que exceder as quantidades-padrões de remoção de lixo fixadas pela Prefeitura, caso em que a taxa será cobrada de acordo com o custo de serviço.

CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO

Art. 193 - O lançamento será feito em nome do proprietário do imóvel, juntamente com o imposto predial e territorial urbano.

§ 1º - O lançamento relativo a imóvel objeto de compromisso de compra e venda poderá ser feito indistintamente, em nome do promitente vendedor ou compromissário comprador, ou, ainda, no de ambos, ficando sempre, um e outro, solidariamente/responsáveis pelo pagamento da taxa devida.

§ 2º - O lançamento sobre o imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será lançado em nome do enfiteuta, usufrutário ou fiduciário.

§ 3º - O lançamento relativo a imóvel sonegado à inscrição será feito com base nos elementos que a Prefeitura possuir.

§ 4º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem tenha a posse ou o uso do



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 06
[Signature]

L E I Nº 0157.

DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984.

Altera os índices das folhas 02-01 e 02-02 da Tabela nº 1 e inclui o item expedição de alvarás para funcionamento do comércio com índice 0,100 às folhas 11-2 da Tabela nº 11, anexas à Lei nº 0061, de 27 de dezembro de 1983.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna decreta e eu promulgo a seguinte lei:-

ARTIGO 1º.- Ficam alterados os índices discriminados nas folhas 02-1 e 02-2 da Tabela nº 1 anexa à Lei nº 0061 de 27 de dezembro de 1983, referente a taxa de licença de localização e fiscalização do comércio e da indústria conforme discriminados na relação anexa.

ARTIGO 2º.- Fica incluído o item alvará de funcionamento do comércio discriminado na folha 11-2 da Tabela nº 11, com índice 0,100 sobre a U.F.M.

ARTIGO 3º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA ,
AOS 18 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1984.

[Signature]
JOSE VICENTE ZEZITO FALCI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal e afixada no local de costume em 18 de dezembro de 1984.

Recib. 21.12.84

[Signature]
Secretário do Registro Civil e Anom

Distribuidor - Contador Público

Comarca de Ibiúna

João José da Silva Ferraz

[Signature]
DR. JOAO BENEDICTO DE MELLO JÚNIOR
SECRETÁRIO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

TRIBUTOS: TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA.

FLS.

For more
trugs
ocupa

DISCRIMINAÇÃO		
Indústria em geral, inclusive metalurgicas, ferroviárias, fundições, serrálgnerias, reficicas de motores, moinhos, beneficiamentos, extração de minérios, tinturarias, indústrias e bebidas, re cauchutagem, etc.		0,0
Comércio:		0,0
02.1- de gêneros alimentícios, sem venda de bebida e retalho		0,0
02.02-bares, mercearias, armazéns, restaurantes com venda de bebidas e retalho e tabacarias em geral		0,0
02.03-de veículos em geral e de acessórios e peças		0,0
02.04-restaurantes, hotéis, pensões, hospedagens, motéis e similares		0,0
05.05-Outros Ramos de Atividades		0,0
Estabelecimentos de crédito, financiamento e similares		0,0
Sociedades Cíveis		0,0
Profissionais autônomos e liberais		0,0
Oficinas em Geral		0,0
Ateliêr e estudos de fotografias, pintura, música, modistas e similares		0,0
Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos, carga e descarga, arrumação e guarda de bens inclusive guarda-móveis, garagens e estacionamento, empresas de transporte		0,0
Barbeiros, cabeleireiros, manicures, salões de beleza, casas de banho, massagens e congêneres		0,0

TABELA

Nº 02

TRIBUTO: TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PROFISSIONAIS, CIVIL e SIMILARES.

Nº DE ORDEM

D I S C R I M I N A Ç Ã O

Por
trunço
pada

10.

Sanatórios, hospitais, ambulatórios de análise, pronto-socorro, banco de sangue, casas de recuperação e repouso e congêneres

INDI

11.

Escolas Particulares

0

12.

Postos de serviço ou venda de gasolina

0

13.

Outras atividades

0

DIVERTIMENTOS PÚBLICOS.

IND

14.

Clubes sociais, recreativos, esportivos e de jogos lícitos:

14.1 - De 1ª categoria, por semestre

0

14.2 - De 2ª categoria, por semestre

0

14.3 - De 3ª categoria, por semestre

0

15.

Quadra de bocha, malha e similares, por quadra e por semestre

0

16.

Quaisquer outros jogos, por mesa e por semestre

0

17.

Osquestras e conjuntos musicais:

17.1 - Estabelecidos no município, anualmente

0

125

D I S C R T I M I N A Ç Ã O

08.2 - Depósito de:

- a) animal cavalari, mular ou bovino; por cabeça e por dia
- b) animal lanífero ou caprino; por cabeça e por dia
- c) animal canino; por cabeça e por dia
- d) veículos motorizados; por dia e por veículo
- e) veículos não motorizados; por dia e por veículo
- f) quaisquer mercadorias, móveis, máquinas ou utensílios; por dia e por quilo, metro ou unidade

09- -Emplacamento, colocação de cruz, grade ou similar, em sepulturas, por unidade colocada

10- Expedição de alvarás para funcionamento de comércio

NOTA: A Prefeitura somente fornecerá a placa, cujo preço, fixado por Decreto, deverá ser recolhido juntamente com a taxa de colocação.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

15/10
[Handwritten signature]

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 264/85 deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 28 p. passado.

Certifico mais, o referido Projeto de Lei foi lido na Sessão Ordinária do dia 02 de dezembro, foram extraídas fotocópias aos Srs. Vereadores interessados e, nesta data encaminhado à Assessoria Jurídica para opinar.

Ibiúna, 03 de dezembro de 1985.

[Handwritten signature of Amauri Gabriel Vieira]

AMAUURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar do Encarregado da Secretaria Administrativa



O critério a ser adotado, parece-nos mais

Entretanto, enquanto pela legislação atual a taxa é acrescida de 60% quando o imóvel é ocupado por hotel, pensão, restaurante, bar, confitearia, padaria e estabelecimentos similares, a proposta pretende que o acréscimo incida sobre os imóveis utilizados para atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, ou seja, sobre todos os prédios que não ~~sejam~~ sejam residenciais, exclusivamente.

O critério não parece ser justo, pois, inúmeras atividades comerciais e de prestação de serviços quase não produzem resíduos que devam ser recolhidos pela Prefeitura.

5.XII.85

Melacoe



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ms 12
Handwritten signature

CERTIDÃO:

Certifico que, o Projeto de Lei nº. 264/85 recebeu parecer do assessor jurídico e em cumprimento ao / Despacho do Sr. Presidente encaminho o presente -/ Projeto às Comissões para receber parecer.
Ibiúna, 06 de dezembro de 1985.

Mafalda Gabriel Nanni
Mafalda Gabriel Nanni
Esca da Secretaria Administrativa

Pres. Conselho de Finanças e Orçamento

Roberto Nollin de Freitas
Roberto Nollin de Freitas



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ass 13
Ampliação

SECRETARIA

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº. 264/85

COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

O presente projeto de lei, objetiva instituir uma forma constitucional de cobrança da taxa de limpeza e conservação de vias públicas.

Pela legislação em vigor a cobrança era feita de acordo com o artigo 191 da Lei nº 19, de 1º de dezembro de 1970, que incidia 5% sobre o valor do imposto devido, artigo este que se pretende revogar pelo presente.

Pela proposta ora discutido, a taxa será o produto da multiplicação da extensão da testada principal do imóvel pelo valor da UFM, sobre a qual incidirá a alíquota de 1%.

O parágrafo único do artigo 1º estabelece que a taxa referida sofrerá um acréscimo de 50% quando o imóvel for utilizado em parte ou sem sua totalidade para atividades comerciais.

Do ponto de vista jurídico legal, o projeto encontra-se perfeito a ser votado, nada obtendo sua aprovação.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 1985.

Jonas de Campos
Jonas de Campos

Pres. Comissão de Justiça e Redação

Membros: *Waldomiro F. de Campos* Waldomiro F. de Campos Luiz C. Machado

Fausto Toyomi Teshirogi
Fausto Toyomi Teshirogi

Pres. Comissão de Finanças e Orçamento

Membros: *Pedro Corrêa* Pedro Corrêa

Donato Rolim de Freitas
Donato Rolim de Freitas.



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fy 14
Assinatura

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 264/85 rece-
beu Parecer em conjunto favorável das Comissões
de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento na
Sessão Extraordinária do dia 19 p. passado.
Ibiúna, 20 de dezembro de 1985.


AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encarregado da Secretaria Adminstr.



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 243/85

Dispõe sobre Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas, e revoga o artigo 191 e seu § único da Lei nº 19 de 1º de dezembro de 1970.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, usando de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu promulgo a seguinte lei:-

ARTIGO 1º.- A Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas será o produto da multiplicação da extensão da testada principal do imóvel pelo valor da U.F.M. definido na Lei nº 0060, de 27 de dezembro de 1983, sobre o qual se aplicará a alíquota de 1%(hum por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO.- A taxa de que trata este artigo será acrescido de 50%(cinquenta por cento) quando o imóvel for utilizado em parte ou em sua totalidade, para atividades comerciais, industriais, ou de prestação de serviços.

ARTIGO 2º.- Fica revogado o artigo 191 e seu parágrafo único da Lei nº 19, de 1º de dezembro de 1970.

ARTIGO 3º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

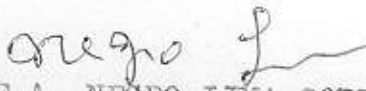
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / DE IBIÚNA, AOS 20 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1985.


- RUBENS XAVIER DE LIMA -

= PRESIDENTE =


= WALDOMIRO FERREIRA DE CAMPOS =

= 1º SECRETÁRIO -


= BENEDITO DE A. NEGRO LIMA SOBRINHO -

2º. SECRETÁRIO -



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 16
Assinado

GABINETE

Ofício GPC nº. 0847/85

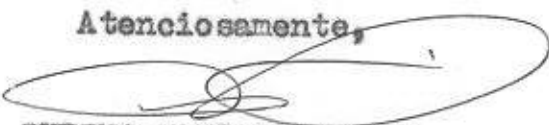
Ibiúna, 20 de dezembro de 1985.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente encaminho a Vossa Excelência o AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 243/85, referente ao Projeto de Lei nº. 264/85, que "Dispõe sobre Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas, e revoga o artigo 191 e seu § único da Lei nº. 19 de 1º de dezembro de 1970", aprovado na Sessão Extraordinária do dia 19 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentá-lhe os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


RUBENS XAVIER DE LIMA

PRESIDENTE

AO EXMO. SR.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI

DD. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

N E S T A.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

15/17
Amador

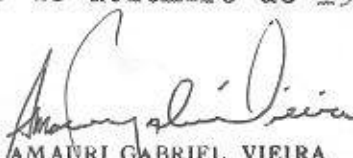
SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 264/85 foi apro-
vado por unanimidade na Sessão Extraordinária do
dia 19 p. passado.

Certifico mais, devido sua aprovação foi expedido
o respectivo Autógrafo de Lei de nº. 243/85, enca-
minhado através do ofício GPC nº. 0847/85 da pre-
sente data.

Ibiúna, 20 de dezembro de 1985.


AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encargado da Secretaria Administ.